

DOI: 10.30612/frh.v25i45.16913

**Projetos e anti-projetos de colonização no sertão da
Capitania dos Ilhéus: indígenas, colonos e a
expansão da fronteira colonial**

*Colonization projects and anti-projects in the
hinterland of the Captaincy of Ilhéus: Indians,
settlers and the expansion of the colonial frontier*

*Proyectos y antiproyectos de colonización en el
interior de la Capitanía de Ilhéus: indios, colonos y
la expansión de la frontera colonial*

Rafael dos Santos Barros

Pós-doutorando pelo Programa de História: Atlântico e Diáspora Africana
(PPGH/UESC)

Itacaré, Bahia, Brasil

barrosrafaeldossantos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6278-6676>

Resumo: Este texto discorre sobre o processo de expansão da fronteira na Capitania de Ilhéus durante a segunda metade do século XVIII. Nesse contexto, a Comarca de Ilhéus era uma das mais importantes produtoras de víveres da Bahia, entretanto julgava o monarca Pedro III, que era necessário a construção de uma estrada ligando o litoral de Ilhéus às distintas regiões do sertão, para tal intento foi convocado o sertanista João

Goncalves da Costa, recebendo a patente de capitão-mor. Costa deveria abrir com suas tropas vias de acesso ao interior e, caso fosse necessário, empreender a conquista dos povos indígenas dos sertões que estivesse impedindo esse projeto colonial. Contudo, os povos indígenas não assistiram bestializado a ação da Coroa portuguesa, criando, quando foi possível, estratégias para salvaguardar suas vidas e de seu território ancestral, fato que levou o confronto entre os portugueses e os povos ancestrais.

Palavras-chave: Colonização. Fronteira. Sertão. Política. Política indígena.

Resumen: Este texto aborda el proceso de expansión fronteriza en la Capitanía de Ilhéus durante la segunda mitad del siglo XVIII. En ese contexto, la Comarca de Ilhéus era una de las más importantes productoras de alimentos de Bahía, sin embargo, el monarca Pedro III creyó necesaria la construcción de una carretera que uniera el litoral de Ilhéus con las diferentes regiones del interior João Goncalves da Costa, recibiendo el grado de Capitán General. Con sus tropas Costa debía abrir vías de acceso al interior y, de ser necesario, emprender la conquista de los pueblos indígenas del interior del país que impedían este proyecto colonial. Sin embargo, los pueblos indígenas no vieron bestializada la acción de la Corona portuguesa, creando, cuando fue posible, estrategias para salvaguardar sus vidas y su territorio ancestral, hecho que llevó al enfrentamiento entre los portugueses y los pueblos ancestrales.

Palabras clave: Colonización. Fronteras. Hinterland. Política indígena.

Abstract: This text discusses the frontier expansion process in the Captaincy of Ilhéus during the second half of the 18th century. In this context, the Comarca of Ilhéus was one of the most important producers of foodstuffs in Bahia, however, the monarch Pedro III believed that it was necessary to build a road linking the coast of Ilhéus to the different regions of the hinterland. João Goncalves da Costa, receiving the rank of Captain-General. With his troops Costa should open access routes to the interior and, if necessary, undertake the conquest of the indigenous peoples of the backlands that were impeding this colonial project. However, the indigenous peoples did not watch bestialized the action of the Portuguese Crown, creating, when possible, strategies to safeguard their lives and their ancestral territory, a fact that led to the confrontation between the Portuguese and the ancestral peoples.

Keywords: Colonization. Frontiers. Hinterland. Indigenous policy.

Recebido em 31/05/2023.

Aprovado em 29/11/2024.

INTRODUÇÃO

No verão de 1779, governava a Bahia Manoel da Cunha Menezes, Conde de Lumiares. O sobredito governador, o rei e parte das autoridades coloniais conduziam nesse contexto uma política de expansão da fronteira que objetivava ligar as regiões do litoral da Comarca de Ilhéus aos seus sertões¹. Uma fonte de 1782, produzida no governo de Menezes, apontava a situação socioeconômica da Comarca dos Ilhéus nesses anos finais do século XVIII. Segundo esse relatório, até aquele momento, ainda não se explorava todo o potencial econômico dessa região, pois parte das suas terras eram.

mal cultivadas pelos seus colonos rendeiros ou antes escravos adverteptícios, aos quais não permite que adiantassem a cultura além da mandiba, nem que fizessem benfeitorias que excedessem o valor de trinta mil réis (ANAIIS, vol. 32, 1910, p. 541).

Segundo Menezes, na primeira metade do século XVIII, a maioria dos moradores tiravam seu sustento da pescaria e caça, tendo que pagar foros aos jesuítas, que eram possuidores das doze léguas de terras mais produtivas da

¹ O sertão enquanto fronteira, era um espaço móvel, em mutação. Sua imagem foi construída a partir da antítese litoral, lugar de civilidade e, em muitos momentos, lugar de fala daqueles que descreveram as regiões interiores. Muitos cronistas narraram o sertão a partir de uma imagem coletiva, cristalizada, que imperava entre os habitantes do litoral, portanto muitos discursos se repetem, através da caracterização dos seus habitantes, da vegetação e dos perigos enfrentados por aqueles que desciam para essas áreas. Enquanto fronteira aberta ao descobrimento, os homens que se aventuravam nas expedições ganharam feições de civilizadores e usavam esse discurso para legitimar suas práticas, muitas vezes se valendo dessas imagens cristalizadas para convencer a Coroa, e em seguida, requerer as suas mercês. Com base na perspectiva de quem escreveu as fontes, o sertão e seus habitantes podem ser identificados de formas diferenciadas, por exemplo, quando se quer fazer um pedido de sesmaria, sempre se exalta as potencialidades que essa área, após ocupada poderia render a Real Fazenda. BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia Colonial 1651-1720**. 2021. f.361. Salvador: PPGH/UFBA, 2021. Tese (doutorado em História Social)

então Capitania de Ilhéus², um território que compreendia as vilas de Barra do rio de Contas, atual Itacaré, até Boipeba. Menezes, assim como parte dos governantes desse período, proferia um discurso contra os jesuítas, responsabilizando os religiosos pelo estado econômico dessa região. Assim, um dos obstáculos ao desenvolvimento econômico da Comarca dos Ilhéus,

fora as espécies de martirização com que os Ex-jesuítas conservaram as melhores doze léguas de terras de que eram proprietários desde a Barra de Boipeba até o Rio das Contas, mal cultivadas pelos seus colonos rendeiros ou antes escravos adverteptícios (ANAI, vol. 32, 1910, p. 541).

Segundo Menezes, além dos prejuízos causados pelos jesuítas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, faltava em Ilhéus o gado. Este animal se encontrava em grande quantidade no interior da Comarca, porém não existiam caminhos regulares que pudessem descer este animal do sertão até o litoral da supra Comarca. Para o dito governador, bem como para o monarca Pedro III, era necessário abrir estradas que dinamizassem a comunicação entre as Vilas do litoral e sua hinterlândia, especialmente, os sertões cortados por grades rios e seus afluentes, fato que dinamizaria a economia.

Para conduzir esse projeto foi convocado o Capitão João Gonçalves da Costa, sertanista experimentado que atuou durante a segunda metade do século XVIII, nos sertões de Ilhéus. O intento principal desse colono português, natural de Chaves, era construir uma estrada de cerca de oitenta léguas que se interporia desde as vilas litorâneas de Camamu até o sertão da Ressaca³, aproveitando as

² Informa Caio Adan que a Capitania de Ilhéus, assim como as de Porto Seguro, Itaparica e Paraguaçu, foram incorporadas ao patrimônio da Coroa durante a administração pombalina, sendo a de Ilhéus, convertida anos depois em uma comarca, “circunscrição jurisdicional subordinada ao Tribunal da Relação baiano, onde veio a se estabelecer uma Ouvidoria em 1763” ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. **Colonial Comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763 -1808)**. Salvador: UFBA/PPGH, 2009. Dissertação (Mestrado em História), p.11.

³ A região classificada durante o período colonial como Sertão da Ressaca corresponde

margens do rio das Contas.

donde a fez estrada a partir para as vilas da Foz do mesmo Rio, para a do Camamu e desta para todo o território das outras vilas, fazendo logo descer um lote de gado, que foi o primeiro que aqueles moradores viram e também o primeiro que parte se distribuiu pelos lavradores e parte se talhou nos açougues públicos o que nunca se tinha visto desde a descoberta e povoação daquela Comarca (ANAI, vol. 32, 1910, p. 541).

Além da estrada e da descida do gado, João Gonçalves da Costa tinha como incumbência conquistar os distintos povos indígenas, resistentes a colonização. Esses grupos viviam espalhados por uma enorme região do sertão dos Ilhéus e, esporadicamente, desciam ao litoral até as fazendas e sítios dos colonos e saqueavam as suas plantações. Para os colonizadores, se fazia necessário incorporar esses sujeitos ao projeto colonial, pois existia muitas áreas entre o litoral e o sertão onde a colonização ainda não havia se efetivado e esses indígenas seriam incorporados como “vassalo úteis” ao Estado português, seja como mão de obra, na abertura de novas estradas, seja como braço armado ou no cultivo de produtos agrícolas, nas terras.

e matas até agora incultas e não conhecidas para nelas se poderem estabelecer muitos rebanhos que bem plantarem as farinhas e legumes precisos para sustentação igualmente dos habitantes desta cidade que tem experimentado grandes faltas do dito gênero para cujo efeito se davam (ANAI, vol. 32, 1910, p. 544).

Essas áreas eram caracterizadas como fronteira aberta, região que ainda não foi efetivamente tomada pela colonização. Essa fronteira era considerada área desocupada, livre para os colonos empreenderem a conquista, pois a Coroa não considerava a posse e a soberania das terras por parte dos grupos indígenas.

atualmente as cidades de Vitória da Conquista, Planalto, Encruzilhada, Poções, Boa Nova e Manuel Vitorino.

Para o Estado português, os povos que ali viviam, deveriam se aproximar da colonização e se submeter as suas regras. Contudo, as terras do sertão dos Ilhéus, apesar de serem descritas como desocupadas, possuía uma diversidade de nativos, ainda não atingidas de forma direta pela colonização, que tinham entendimento diferente dos invasores quanto ao destino daquelas localidades.

Na segunda metade do século XVIII, com a expansão da fronteira agrícola, se tornou cada vez mais complicados para os povos indígenas viverem sem a interferência direta da colonização, pois as áreas de caça e coleta, a cada dia, se tornava ocupada pelas fazendas e currais que se espalhavam pelos sertões da Bahia. Este fato colocava em disputas dois projetos antagônicos, aqueles ligados aos povos indígenas, que pretendiam o Bem Viver⁴, e o outro liderado pela Coroa, que visava incorporar o território e os indígenas ao contexto colonial. O embate entre esses distintos projetos gerou conflitos entre colonos e nativos⁵. Para os colonizadores, essas terras do sertão eram ermas, de propriedade do monarca. Nessas terras, os indígenas eram reconhecidos pelas autoridades coloniais como o empecilho ao projeto colonizador, pois eram bárbaros, nômades e pouco afeitos ao trabalho, por isso suas terras, tidas como incultas, estariam livres e deveriam ser, de fato, ocupadas. Nesse contexto, não se negava a presença indígena nessas localidades, o que se negligenciavam eram as diferenças culturais dos indígenas, classificando-os como preguiçosos e afeitos à bebedeira.

Os desafios que João Gonçalves da Costa enfrentaria eram enormes, pois além da confecção de uma estrada de oitenta léguas, teria que dar conta de

⁴ Para os povos originários, as suas terras eram sagradas, habitadas pelos encantados, locais de sociabilidades, onde seus mortos estavam enterrados, um território dilatado, sem barreiras físicas para limitá-lo.

⁵ A fronteira, porém, não era apenas um local de conflitos, nela também acontecia a negociação entre projetos distintos, pois não só de resistência armada viveram os indígenas, ao passo que negociação e resistência poderiam caminhar em uma mesma ação. Diante desse fato, os indígenas propuseram situações diversas ao colonizador, seja através da interação, da colaboração e dos conflitos.

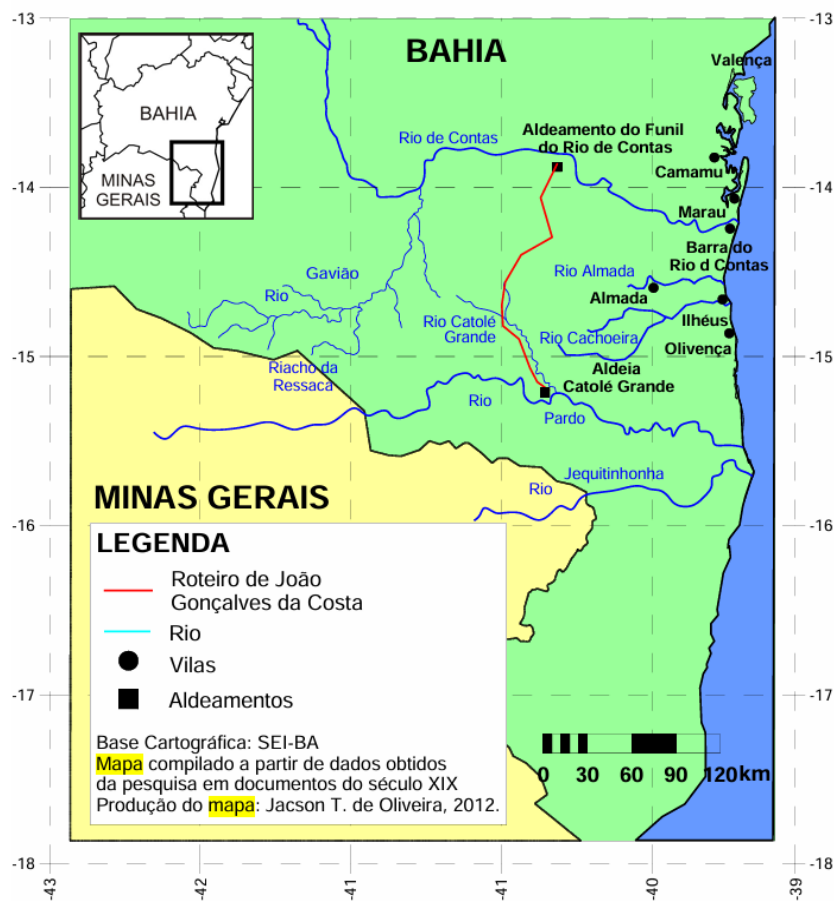
incorporar e enfrentar diferentes povos indígenas no interior da Comarca dos Ilhéus. Mas como esse português conseguiria tal intento? Seria capaz de tocar esse projeto apenas com a ajuda de colonos portugueses, brasileiros e da Coroa portuguesa? Apenas armas bastaria para conseguir seu intento? Como os nativos reagiram a esse projeto? Qual era o lugar social dos povos indígenas nesse processo? Como os indígenas eram vistos e tratados pela colonização? Essas são as perguntas que serão respondidas nesse texto.

O projeto colonial e o anti-projeto indígena.

Em 1782, a Comarca de Ilhéus era uma das mais importantes produtoras de víveres da Bahia, cultivando nesse ano, durante o governo do Marques de Valença, uma quantidade nada desprezível de vegetais, sobretudo o arroz, abundante na vila de Camamu, o qual rendeu a Real Fazenda a quantia de 4200 alqueires, além do cacau, da mandioca e do café, que contava com mais de 400 mil pés. Nesse tempo, julgava o monarca Pedro III, que era necessário a construção de uma estrada ligando a Comarca de Ilhéus às distintas regiões do sertão, pois só assim dinamizaria a descida de gados, o comércio e a agricultura deste território.

Para tal intento foi convocado o sertanista João Gonçalves da Costa, recebendo a patente de capitão-mor. Costa deveria abrir com suas tropas vias de acesso ao interior e, caso fosse necessário, empreender a conquista dos povos indígenas que estivesse impedindo esse projeto colonial. Conforme Renata Oliveira, o sertanista percorreu todas essas áreas listadas no mapa abaixo.

Figura 1. Mapa



Fonte: OLIVEIRA,2012, p.52

Para o estabelecimento da conquista dessas regiões, o Capitão-mor contava com ajuda da Real Fazenda, que o disponibilizou armas de fogo, barris de pólvora, soldados, além de indígenas flecheiros e guias aliados, formando uma verdadeira tropa de guerra para adentrar o interior de Ilhéus. Além desse processo de conquista, o sobredito capitão deveria cuidar para fazer erigir povoações na beira dos rios que ligassem o litoral ao sertão da Ressaca, sobretudo no rio das Contas, local que funcionaria como ponto de parada para descanso das tropas e do gado descido do sertão, bem como para área de abastecimento das tropas e alimentação dos rebanhos.

Porém, entre o litoral e os sertões de Ilhéus, havia uma diversidade de grupos indígenas, que desde os anos iniciais do período colonial, já travavam disputas por territórios e recursos naturais com colonos de diversas parte de

Ilhéus e de outras capitanias⁶. Nos anos finais do século XVIII, período em que a fronteira agrícola tentava se estender para além dos limites litorâneos, os povos indígenas que não estivessem diretamente ligados ao projeto colonizador eram vistos como barreiras, por isso, lhes foram destinadas políticas distintas por parte dos representantes da Coroa portuguesa. A clássica dicotomia assimilação \ incorporação ou extermínio.

Na segunda metade do século XVIII, estava em vigência o Diretório Pombalino, tal política vislumbrava transformar os povos indígenas em trabalhadores que pudessem colaborar com o projeto colonizador, sem se ater às especificidades culturais e sociais dos povos indígenas. Durante a vigência do Diretório, os povos originários estavam sob tutela de um governo civil e deveriam obedecer a um administrador leigo que os conduziria ao caminho da “civilização”. Nesse contexto, civilização e catequese eram percebidos pelo Diretório como práticas complementares, pois assim como em tempos anteriores, os indígenas eram atraídos para ao grêmio da Igreja. No entanto, deve-se ressaltar que apenas atuação catequética não era vista pelo Diretório como eficaz ao projeto colonizador. O que estava em jogo era a transformação dos povos indígenas em vassalos úteis, leia-se, trabalhadores disponíveis para servir ao Estado português; somente missas e catequese não dariam conta de tal intento.

⁶ Durante os anos coloniais era muito comum o trânsito de sertanistas de diversas capitanias no interior de Ilhéus. No ano de 1674, por exemplo, os sertanistas paulistas João Parente e Estevão Ribeiro Bayão, transitavam no interior da Bahia. Ainda nesse contexto foram contratados outros homens experimentados nos sertões para auxiliar os sertanistas baianos na Guerra dos Bárbaros. Na ocasião, os capitães locais e os moradores do Recôncavo não estavam conseguindo sozinhos resolver a questão da retomada indígena, então o governador Francisco Barreto de Menezes (1657-1663) contratou bandeirantes da Capitania de São Paulo, pois a Coroa entendia que somente a experiência dos sertanistas dessa donataria poderia vencer as dificuldades que “os desta acham a se destruírem totalmente aquelas aldeias, que ultimamente consiste na confirmação da pacífica e o sossego do recôncavo”. BN. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Carta para sua Majestade acerca do Gentio Bárbaro do sertão fazer grandes danos no Recôncavo desta Cidade, v. 4, p. 356.

O trabalho, a exploração da mão de obra indígena, era o carro chefe dessa política indigenista.

O Diretório propunha uma série de medidas para transformar os nativos em vassalos, entre as quais vale destacar a interação e o casamento com portugueses, a adoção da língua portuguesa, o uso de roupas e a incorporação de valores ocidentais, a exemplo da afeição por cargos e títulos nobilitantes. O Diretório, assim como as políticas indigenista de tempo anteriores, objetivava a completa transformação dos povos originários. Diferente dos missionários, que regulavam o trabalho indígena para fora das circunscrições dos aldeamentos, esse documento incentivava e percebia o labor como uma das ferramentas pedagógicas necessárias para efetivar o processo de transformação dos “bárbaros” em vassalos úteis a Coroa.

Essa política indigenista, inaugurada em 1757, assim como outras anteriores, estabelecia formas violentas de poder, que articulava discriminação, trabalhos forçados e limitações de espaço aos nativos. As práticas que emanavam desse processo criaram instituições que perpetuavam a supremacia colonizadora, naturalizando relações sociais desiguais, sobretudo para aos subalternizados dessa sociedade. Sobre esse processo de transformação dos grupos indígenas, Francisco Cancela elucida que essa política indigenista foi

amparada em um rígido programa civilizacional, essa reforma consistia no estabelecimento de uma série de proibições, entre as quais se destacavam o impedimento de se falar as línguas indígenas (Diretório, § 6), o veto às habitações coletivas (Diretório, § 12), o combate ao consumo de bebidas alcoólicas nativas (Diretório, § 13) e a perseguição à nudez (Diretório, § 15). Por meio dessas medidas, a nova legislação indigenista procurava interferir nos mecanismos de diferenciação e coesão étnico-cultural dos grupos indígenas, tendo em vista garantir a transfiguração da identidade de índio aldeado para uma identidade genérica de vassalo português, tanto no sentido político quanto no cultural. Assim, fazendo uso da intrínseca relação entre língua, hábitos e identidade, a coroa portuguesa planejava operar uma violenta ação de desestruturação econômica, social e cultural das sociedades indígenas, com a finalidade de transformar os indígenas em

verdadeiros fiéis católicos e súditos do monarca lusitano (CANCELA, 2013, p.51).

Os indígenas incorporados à sociedade colonial, a partir das premissas dessa legislação, teriam que se aproximar cada vez mais dos costumes europeus e deixar de lado seu universo cultural. Esse fato implicaria para os colonos, além de um campesinato disponível para trabalhar nos empreendimentos coloniais, a possibilidade de terras livres para serem exploradas, daí a criação de novas categorias sociais foram outorgadas aos povos indígenas⁷.

A expedição de João Gonçalves da Costa possuía um Regimento que seguia as orientações do Diretório Pombalino. No que diz respeito aos indígenas que viviam em regiões mais afastadas, leia-se, sertão, permanece nessa política indigenista a determinação de reuni-los em aldeamentos⁸, os quais seriam localidades úteis para abastecimento e descanso das tropas, além disso, tais empreendimentos auxiliariam na conquista dos sertões da região da Comarca de Ilhéus. Uma dessas localidades foi o aldeamento dos Funis. Este empreendimento foi formado por cem casais de indígenas, aos quais seria garantido a demarcação de uma légua de terras em quadra. Dentre os indígenas

⁷ Os indígenas que estavam, junto com os africanos e afro-brasileiros, na base da sociedade colonial, antes de receberem tratamentos desumanos, foram classificados de forma pejorativa, uma classificação racial e jurídica que determinava políticas específicas a serem determinadas para cada grupo. No que diz respeito aos indígenas, esses demarcadores étnicos foram impostos pelo outro, categorizando-os como inferiores, bárbaros, bestas antropofágicas, caboclos, gentio, aliados e tantos outros demarcadores que implicaram, mesmos aos colaboradores da conquista, perdas irreparáveis.

⁸ Marina Monteiro classificou os aldeamentos erigidos no sertão da Capitania do Rio de Janeiro, no final do século XVIII, como Aldeamentos Tardios, os quais, conforme a autora, foram constituídos enquanto estratégia de conquista e manutenção territorial, sobretudo para as áreas em que a Coroa não efetivava o pleno domínio. O mesmo observa-se para a Ilhéus setecentista, aqui o desembargador Francisco Nunes da Costa, então Ouvidor de Ilhéus, autorizou a criação de alguns aldeamentos de indígenas aliados, sobretudo em localidades pouco habitadas, a exemplo da região denominado de Funil do Rio das Contas, local que a Coroa desejava incorporar ao domínio real. MACHADO, M. M. **Entre Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões** (Rio de Janeiro, 1790-1824). 1. ed. Guarapuava: HORIZONTE/UNICENTRO/EDUFF, 2012. v. 1. 269p

que fizeram parte dessa localidade estavam os

Grens que são os melhores para auxiliar assim a que se dirige está ação de trazer ao grêmio da Igreja e do Gentio Pataxo que vivi volante infestando as lavouras, terras e vassallos de Sua Majestade de tal sorte que sem receio passam os roceiros fazer as suas lavouras até o rio de Una abaixo do Rio de Contas que sendo principiado a cultivar-se no tempo antigo se necessário todos os Portugueses por conta das invasões, assaltos e destroços que lhes fazia o dito gentio Pataxo sendo aliás segundo estou informado as mais pingues terras da Costa do Sul (ANAIS, vol. 32, 1910, p. 541).

Segundo o desembargador Francisco Nunes da Costa, então Ouvidor de Ilhéus, era necessário estabelecer um aldeamento de indígenas aliados em uma localidade do rio de Contas denominado de Funil do Rio das Contas⁹, pois tal empreendimento serviria para auxiliar a conquista dos grupos indígenas resistentes a colonização, sobretudo os Pataxós, que empreendiam anti-projetos de colonização, atacando moradores dessas localidades do sertão, fato que impedia a expansão da lavoura agrícola nessas paragens da Ilhéus setecentista.

Além dos moradores do interior, esses grupos, denominados pela fonte de Pataxós, estavam atacando as tropas que se deslocavam em direção ao seu território ancestral. O aldeamento dos Funis, além do fornecimento de mão de obra armada, seria uma forma de atrair os indígenas resistentes ao grêmio da colonização. Este empreendimento foi formado por indígenas deslocados dos aldeamentos do litoral, os quais foram divididos em dois grupos, cinquenta ficariam fixos nessa localidade, recebendo a contribuição pecuniária de dois vinténs por dia pelo tempo que lhes fosse “indispensável para o seu estabelecimento nas suas terras porque depois que forem estabelecidos se devem imediatamente tirar-lhes” (ANAIS, vol. 32, 1910, p. 540-541.). Os outros cinquenta

⁹ Atual cidade de Ubatã, Bahia.

acompanhariam João Gonçalves da Costa nas expedições armadas ao sertão¹⁰.

João Gonçalves da Costa atuava em duas frentes: trazer os indígenas como aliados para dentro do aldeamento ou declarar guerra de extermínio. Nesse contexto, outros indígenas identificados como inimigos das tropas de conquista foram os Mongoiós, os quais tentavam reconquistar seu território ocupados por alguma fazenda e propriedade dos colonos. A expedição de Costa entrou pelas matas e serras do rio Patipe e depois de dois meses de viagem descobriu cinco aldeias da dita nação. Segundo Costa, o

gentio de tão bom caráter que vive em docilidade com plantações de banana, Inhame, de toda a sorte, fava e feijão e até cana de açúcar o que constitui uma nação dócil e fácil de reduzir e dispondo-se a vistas das aldeias para tomar língua e reduzi-los a (il) Fazendo-lhes proposição de os conservar no seu mesmo território **conseguiu surpreender seus indígenas o que observador da nação só animaram quatro a virem falar ao dito capitão-mor com sinais de paz** de cuja companhia resultou a certeza de que está nação seria a Mogoió a mesma que desce certos tempos do ano a beira-mar , faz perigosa a viagem para o Rio de Janeiro por terra a que assusta os moradores das vizinhanças dos Ilhéus ao Porto Seguro (ANAIS, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Estimava as contas do Capitão que a aldeia possuía mais de duas mil almas, entre as quais se encontravam alguns escravos africanos fugitivos, “que mais os convertam e animam contra os brancos” (ANAIS, vol. 32, 1910, p. 540-541). Os quatro indígenas que foram falar com a tropa os convidaram a adentrar na sua aldeia, indicando, ao menos teoricamente, que queriam estabelecer relações de paz com a expedição de conquista. Cabe aqui uma indagação, por que tais

¹⁰ Segundo Beatriz Perrone, do ponto de vista jurídico, existia duas categorias de indígenas, os aliados e os inimigos. “Aos índios aldeados e aliados é garantido a liberdade ao longo de toda a colonização. Afirma-se, desde o início, que livres, são senhores de suas terras nas aldeias, passíveis de serem requisitados para trabalharem para os moradores mediante pagamento de salário e devem ser muito bem tratados”. No entanto esses princípios vão se modificando quando se refere aos inimigos, para os quais a guerra justa era uma das soluções. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

indígenas, mesmo com superioridade numérica, propuseram aliança com a tropa? Qual projeto os indígenas vislumbravam com tal aliança? O certo é que naquele momento, os indígenas avaliaram que se aproximar da tropa era mais viável do que o confronto bélico propriamente dito. Por ora, pararemos aqui na análise dessa política indígena de aproximação, posteriormente, retomaremos com esse projeto de aliança proposta aos colonizadores.

Em uma carta de 1782, escrita por João Gonçalves da Costa, se pode conhecer o universo social dessa jornada, essa fonte é uma espécie de história privada da expedição chefiada por esse sertanista¹¹. Segundo esse personagem, após esse encontro com os indígenas houve o retorno dessa expedição ao aldeamento dos Funis, pois o Capitão foi acometido por uma grave doença, possivelmente causada pelo desgaste de uma jornada de mais de sessenta dias no sertão. Essa caminhada foi ainda mais dilatada, pois dois indígenas que ocupava a função de Guias na

missão que levei se perderam e irmos muito fora dos rumos das aldeias e, ao mesmo tempo, que quis endireitar e seguir uma trilha que achei do gentio me fugiram os indígenas que vossa mercê me deu da Beiramar seis, os quais fugiram levaram o armamento e pólvora da ração e a mais que levavam sobressalente sem embargo da pouca gente com que me achava sempre fui marchando para adiante (AHU_CU_Brasil_Baía. Cx. 59, Doc. 11317.).

A política indígena tecida por esses dois guias, indígenas aliados da conquista, foi atrasar e despistar ao máximo a jornada, evitando que o capitão encontrasse algum grupo indígena aliado deles ou alguma localidade com valor ancestral e material, a exemplo de locais propícios para caça e coleta, que eram

¹¹ AHU_CU_Brasil_Baía. Cx. 59, Doc. 11317. Carta do Capitão mór João Gonçalves da Costa para o Ouvidor dos Ilhéos sobre os factos já referidos no officio antecedente. Arrayal de N. S. da Victoria, 30 de Julho de 1783. Cópia Autenticada. Presente em: BRASIL Ministério da Cultura; ALMEIDA, Eduardo de Castro e Almeida. Projeto resgate Barão do Rio Branco: Bahia (1613-1807) CD 01/25. Lisboa: VITAE, 1997. 1 CDROM.

utilizados pelos grupos indígenas e, possivelmente, poderiam ser incorporados como áreas de conquista territorial. Apesar dos guias serem aliados e, teoricamente, colaboradores da colonização, eles possuíam um anti-projeto, ou melhor, um projeto indígena distinto em relação as terras e populações originárias que se localizavam na área pleiteada pela colonização. Desviar a expedição do rumo pretendido poderia dar a esses grupos uma possibilidade de salvaguardar para os seus parentes determinadas localidades. Vale ressaltar que os grupos indígenas não atingidos de forma direta pela colonização não possuíam um território com fronteiras demarcadas, aos moldes dos aldeamentos coloniais. Povos que se localizavam a quilômetros de distância, em um dado momento do ano, poderiam se deslocar para regiões próximas a costa para se beneficiar dos recursos naturais fornecidos pelas estações do ano, a exemplo de frutas, tubérculos, peixes e mariscos. Diante disso, pode-se pensar os motivos que impulsionaram esses guias a correrem os riscos de desviar a colonização da rota traçada pelo capitão.

Além de ter atrasado a jornada, a tropa teve como saldo negativo o ferimento de dois soldados, os quais foram picados por uma cobra e precisaram de cuidados especiais, o que significou o aumento de dias no sertão, longe do pouso mais próximo, o aldeamento dos Funis e, conseqüentemente, cresceu a demanda por alimentos, pois quanto mais dias a tropa levasse longe do litoral, maior era o consumo da malotagem¹². Somado a isso, conforme a narrativa do capitão

me foi faltando o sustento e a munição e como os doentes se não puseram em estado de seguir para diante me resolvi a manda-los retirar com 14 soldados e eu seguir para diante com o resto da gente a desenganar-me por onde devia melhor procurar o gentio, mas faltando-me todo o mantimento fui obrigado a retroceder com dois meses e meio

¹² Malotagem era o termo usado pelos colonos para designar os alimentos que os sertanistas levavam para o sertão.

de mato e me tornei a preparar para a segunda entrada o que muito me custou por ficarem as farinhas em distância de 50 léguas e me ser preciso conduzi-las em carros e tendo-as prontas (ANAI, vol. 32,1910, p. 540).

O descaminho da tropa por parte dos guias, uma atitude aparentemente isolada, que aqui se denominou anti-projeto indígena de colonização, gerou a tropa um prejuízo enorme. Antes dos guias terem pensado nessa ação, devem ter refletido sobre quão nocivo seria para os seus parentes e seu território ancestral se os “aliados” portugueses conseguissem anexar determinadas aldeias, a política colonizadora foi percebida pelos povos indígenas, mesmo os ditos aliados da colonização, como extremamente nociva ao seu futuro e dos seus parentes.

O processo colonizador que devastou o Brasil colonial estabeleceu, desde o seu início, um regime de terror aos povos tornados subalternizados. No final do século XVIII, após dois séculos de contato, os povos indígenas que estavam em contato direto com a colonização enfrentavam, de forma direta ou indireta, alguma consequência negativa da invasão europeia ao Brasil, destacando-se o preconceito racial, o genocídio e as distintas tentativas de etnocídio. No que diz respeito a esse último processo, a colonização, em todas as suas instituições, percebia os indígenas como um sujeito que deveria ser transformado, pela conversão ou pelo trabalho.

O projeto colonizador desse período, apêndice do capitalismo industrial, levado a diante na Capitania de Ilhéus pelas expedições de expansão da fronteira, a exemplo da chefiada por João Gonçalves da Costa, carregava consigo ações que acarretaram aos povos indígenas, de forma intencional ou não, processos de sofrimento, opressão e penúria, pois a colonização europeia em distintas partes do mundo causou barbárie, na qual “milhões de homens foram arrancados aos seus deuses, às suas terras, aos seus hábitos, à sua vida, à dança e à sabedoria”

(CÉSAIRE, 1978, p.12).

No século XVIII, após sistemáticos contatos entre os colonos e os povos nativos, os indígenas sabiam, na teoria e na prática, o quão terrível era a política colonizadora. A memória histórica desses sujeitos, perpetuada pelos anciões nas rodas de conversas, certamente, guardava histórias de vitórias sobre rivais estrangeiros e ancestrais, que remontavam períodos anteriores a colonização, enchendo de orgulho as guerreiras, os guerreiros e os curumins. Porém, nessas conversas, haviam também relatos de aldeias que foram queimadas e parentes degolados apenas por resistirem a colonização¹³. Tais relatos e, às vezes, lembranças desses fatos, moldaram as ações dos indígenas, sendo responsáveis pela criação de perspectivas distintas quanto ao futuro desses sujeitos.

A historiografia brasileira, a partir da década de 80, ampliou seu leque de possibilidades. Aquele período foi marcado pelas revisões de antigas abordagens, problematizando novos sujeitos e objetos temáticos. Nesse contexto as temáticas historiográficas foram ampliadas, atentando para grupos sociais excluídos das pesquisas históricas, a exemplo dos povos originários. Surge a partir desse período o que se convencionou chamar de Nova História Indígena, nesse campo de estudos os povos nativos aparecem como protagonistas dos processos históricos, submerge nesses textos a compreensão indígena do processo colonizador, bem como seus próprios objetivos diante do universo colonial. Sobre esse fato, pondera Almeida que

¹³ Durante o período colonial, era muito comum ordens de se degolar grupos indígenas que estavam resistentes ao projeto colonial. Em uma dessas fontes se pode observar tal assertiva: “mandou ao mesmo capitão Gaspar Roiz Adorno o qual chegando a certas aldeias dos Payauases, que os receberam em Som de Guerras, mandando degolar todos os que resistissem, declarando por cativos todos os que se prisionassem, e assolando todas as Aldeias Inimigas, para assim poderem ficar livre os moradores, e sossegadas as hostilidades do Gentio e que as terras conquistadas se repartissem pelas pessoas que melhor o merecessem na jornada, e que nas disposições e prevenções para a entrada se trabalhava com todo o calor.” BN. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Proposta que o Senhor Alexandre de Souza Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ele se tomou, v 5, p.208-209.

Se, no interior das aldeias, as referências aos nomes dados pelos portugueses aos grupos étnicos antes do aldeamento (tamoio, tupiquiniquim, termino etc.) realmente se perderam ou foram colocadas em segundo plano, cabe conhecer, com base nas questões teóricas da atualidade e nas várias evidências empíricas apresentadas neste trabalho, que uma outra referência de identificação, com certeza mais interessante para os índios em situação colonial, estava se formando: a de índio aldeado, identidade genérica e inicialmente dada pelos colonizadores, mas apropriada pelos índios que souberam utilizá-la para obter vantagens e benefício que esta condição lhes proporcionava. De acordo com a documentação, a identidade de aldeado com o nome de batismo português e a referência a aldeia em que habitavam se sobrepunham àquela do grupo étnico pelas evidências documentais já apresentadas, não resta dúvida que isso ocorria também em função dos interesses dos próprios índios. Foram feitos súditos do rei e essa posição lhes possibilitava solicitar mercês, sendo conseqüentemente a mais valorizada por eles no mundo colonial, o que demonstra reconhecimento e apropriação dos valores do novo mundo onde atuavam¹⁴.

Esses casos estudados pela autora foram muito elucidativos para o Rio de Janeiro Colonial, capitania que tinha suas singularidades sociais, políticas e culturais. As ações daqueles grupos indígenas dentro daqueles aldeamentos podem também ser percebidas em outros contextos coloniais, inclusive na Comarca de Ilhéus. Contudo, por trás do ato de se aliar, havia diversos significados, muito além da resistência adaptativa apontado pela autora, para o qual os índios aliados adquirindo os signos culturais dos portugueses, a ponto de se autodenominarem e se reconhecerem como índios aldeados, deixando de lado ou reformulando traços de sua singularidade cultural.

Quando se está pensando a colonização, é preciso levar em consideração que os sujeitos possuem projetos, vivências e experiências variadas para formular as suas ações. Com isso, afirmo que não existiu um modelo padronizado seguido pelos atores da colonização. Nem todos os indígenas vislumbravam seguir o mesmo caminho para triunfar, ou melhor, permanecerem vivos. Aqui

¹⁴ ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

percebemos que o ato de aliança e resistência desses sujeitos estavam relacionando a valorização de elementos inerentes à própria cultura indígena, ao exemplo de vivem sem interferência dos invasores, do Bem Viver, ao invés de elementos eurocentrados como a valorização de cargos, título e mercês, como a Nova História tem insistido em fazer.

A colonização trouxe aos povos indígenas tentativas distintas de os silenciar física, social ou culturalmente. Esse processo, legou aos povos indígenas contemporâneos, consequências terríveis, conforme denunciam os autores indígenas da atualidade. Quando se analisa o projeto colonizador, percebe-se que o Estado português articulou níveis diferentes de violência, são eles: a violência através da política de extermínio; a violência simbólica, aquela que se associava às práticas sociais de exclusão; a violência epidemiológica, a qual propagava doenças contagiosas entre os indígenas; além da violência psicológica. Sobre esse processo, pode-se inferir, segundo as pesquisas de Maria Hilda Baqueiro Paraíso, que predominava entre os grupos vencidos um forte sentimento de perplexidade e de despossessão. Estes traumas relacionavam-se a imposição de relações hierarquizadas, onde os indígenas muitas vezes estavam sujeitos a repetidos massacres, deslocamentos forçados, escravização e perda das terras, sinais referentes a ruína do mundo que conheciam e dominavam (PARAÍSO, 1998).

Após o início da colonização, o “Novo Mundo” e seus habitantes foram categorizados de forma inferior e pejorativa se comparados a Europa e aos seus descendentes. O projeto de domínio europeu vicejava a ocupação das terras indígenas, limitando seus espaços de caça, coleta e do Bem Viver. Esta tentativa de dominação tinha duas frentes de atuação, domínio territorial e dos corpos, transformando-os em força de trabalho a se explorar. A igreja e, posteriormente, o Estado português, levou a cabo um projeto de expansão do território e se colocava enquanto tutor de um ser incapaz de se autogerir, pois não haviam alcançado um estágio de desenvolvimento na cadeia evolutiva que lhes

permitted to take responsible decisions for themselves, for this they needed a tutor¹⁵.

A attitude desses guias deve ser pensada com uma forma de resistência indígena, que levou em consideração toda vivência com o colonizador, apesar de aqueles fazerem parte da tropa como aliados. Estar aliados para alguns, em um dado momento, não foi uma escolha, mas a menos nociva das alternativas, pois todas as ações colonizadoras eram forjadas no campo da violência, prova disso são as políticas, alvarás e leis que se referem aos grupos indígenas coloniais, mesmo aos aliados. As alianças, os descimentos, a catequese, a guerra justa, os resgates, os aldeamentos, todas são políticas que se perpetuaram durante os anos coloniais, e, em todas, os nativos são percebidos como bárbaros, gentios ou indígenas que precisavam ser transformados em um ser civilizado, em um vassalo da Coroa, em um trabalhador útil aos projetos do colonizador.

Como se transforma esse ser, de “natureza bárbara, rude, ou sem fé, o gentio”, em um vassalo ou trabalhador útil aos olhos da sociedade colonial? A resposta a esse questionamento, colonos e religiosos, há séculos, já vinham impondo aos nativos, de forma variada. As alianças, os aldeamentos, as guerras entre nações indígenas que não eram inimigas ancestrais, a imposição de valores ocidentais, a exemplo da incorporação de nomes portugueses, as alianças forçadas com inimigos ancestrais, a conversão a religiosidade e cultura europeia, forçando-os à monogamia, a valorizar cargos e mercês, o alcoolismo, são parte desse projeto colonizador que foi outorgado aos povos indígenas, inclusive aos ditos aliados.

Entretanto, eles não assistiram bestializados - como vítimas passivas -, mas

¹⁵ Os colonizadores pensavam que para os indígenas adquirirem esse processo de “amadurecimento”, precisavam ser integrados à sociedade envolvente, adquirindo novos costumes e, gradativamente, se afastando dos seus. Os povos indígenas, após o contato, são classificados a partir de referências eurocêntricas, exógenas, e vistos como seres que impedem o progresso, preguiçosos e dados a bebedeira.

sim enfrentaram a colonização, como sujeitos ativos e criativos. Mesmo assim, o saldo para os indígenas foi desastroso - basta pensar na realidade vivida pelos povos indígenas no século XXI. Se hoje, com todos os órgãos de proteção, associações, movimentos sociais organizados, o desrespeito às populações nativas é escancarado, imagine no século XVIII, quando se escravizar outros homens e matá-los em guerra justa era uma atividade praticada pelos cidadãos ditos de bem e legitimado pela igreja.

Assim como os povos indígenas percebiam a colonização de forma variada, vale destacar que a conquista se dilui também de formas variadas, dentre as quais ressalta-se a conquista espiritual, a conquista territorial ou ambas em uma só ação. A jornada de Gonçalves da Costa¹⁶ vislumbrava incorporar indígenas aliados para se estabelecer nos aldeamentos dos Funis ou em outras povoações que seriam alocadas em pontos estratégicos para proteger as estradas dos ataques de indígenas resistentes à colonização. Além disso, os indígenas aliados serviriam como barreiras contra os contra-ataques às instalações denominadas de registros, os quais seriam erigidos.

no lugar da estrada em que melhor se possa evitar o extravio de ouro, fica por hora desnecessária está providência, porquanto examinando este inconveniente, acho que ao presente ainda o não há pois resta por abrir um espaço de 50 léguas para se concluir a mesma estrada e por esta causa não pode tão cedo ser franca aos que quiserem extraviar por ela o ouro, porém quando a for se contará com a criação dos referidos registros necessários (ANAIS, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Se aliar à colonização, tornou-se para alguns grupos indígenas o projeto

¹⁶As tropas de expansão da fronteira foram ao sertão com dois objetivos principais: primeiro era a abertura da estrada para descer o gado; segundo, João Gonçalves da Costa teria que contatar grupos indígenas que não foram integrados de forma direta pela colonização. A leitura das fontes evidencia que dentro das trocas havia intensas interações entre seus participantes. Ali, colonos, negros e indígenas mantinham intensas trocas, bem como foi local de conflitos de interesses entre os pares.

ideal, ou melhor, o mal menor e irremediável, porém cada caso apresenta uma historicidade particular, pois os sujeitos agiram e reagiram de modo variado aos estímulos externos. Os guias, se fizeram de colaboradores, porém apresentaram um projeto inesperado para os colonizadores, afinal, quem conhecia o trajeto do sertão eram esses sujeitos, por isso foram contatados. Todavia, como se afirmou acima, os grupos seguiram caminhos diferentes para triunfar nessa sociedade.

Antes de localizar a aldeia Mongoió, o capitão teve uma baixa significativa em sua tropa, pois

setenta soldados entraram a fugir e na entrada achei só com quarenta e cinco e destes fugiram mais dois que me fizeram graves furtos na pólvora e chumbo, cujos nomes e sinais remeto a vossa mercê bem declarados na relação inclusa. Seguindo a minha derrota assim cheguei ao vestígio do gentio me fugiram mais nove soldados e fiquei eu somente com 34 e desses alguns meninos e com esta mesma fraca gente descobrir a primeira aldeia pequena cujos moradores logo que me pressentiram logo se ausentaram (ANAI, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Nesse dia, a tropa enfrentou um tempo chuvoso, por isso, conforme o capitão, teve dificuldade de perseguir os indígenas, porém conseguiram capturar duas indígenas. A tropa, foi, em seguida, atacada por um índio, possivelmente da mesma aldeia das duas mulheres enlaçadas. Conforme Costa

Vindo-hes socorre o índio que armando a flecha e o arco o afugentamos com três tiros de espanto conforme as intenções de vossa mercê e como já era tarde, dormi nos seus mesmos ranchos e no dia seguinte servindo-me das suas índias como guias que já se mostravam mais mansas, fui procurando as Aldeias segundo nos explicou o língua, nós ficamos em distância de seis léguas (ANAI, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Na ocasião, a tropa ainda conseguiu fazer um outro indígena de cativo, o qual percebendo a desvantagem que se encontrava, entregou as flechas e arco e, em resposta, recebeu um facão, ficando toda a noite na companhia de Costa, ao que parece, sondando a situação que se encontrava a tropa. Na manhã do dia seguinte, bem cedo, ele conseguiu fugir, deixando para trás o indígena e as duas

nativas capturadas, que possivelmente não era da sua etnia ou nem mesmo os conheciam. A de se questionar, por que esse sujeito fugiu ao invés de se aliar a tropa? Fugiu porque já sabia qual seria seu destino se ali permanecesse, possivelmente um ser destinado a servir ao capitão, na condição de indígena escravizado. Fugiu, pois preferiu viver de acordo com seus costumes, fugiu para não enfrentar a violência da colonização, fugiu para permanecer vivo.

Retomemos, agora, o caso dos grupos classificados como Mongoiós pela tropa de João Gonçalves da Costa. A tropa encontrou uma aldeia de grande porte, com consideráveis números de habitações indígenas e plantações. Segundo a narrativa de Costa, possuía cerca de quinhentos habitantes. Posteriormente se descobriu a aldeia Mongoió, “também grande, abaixo da primeira descoberta e a vista destas informações e do que nós vimos julgo terem só está aldeia por mim descobertas de duas mil almas para cima” (ANAI, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Um dos indígenas dessa aldeia inicia um diálogo com João Gonçalves da Costa, tentando-o fazer intimidar, afirmando que a tropa estava desgastada e não tinha soldados o suficiente para guerrear contra os indígenas da aldeia do Capitão Capivara. Além disso, afirma que caso acontecesse algo com ele, o Capitão Capivara logo daria conta e havia de se vingar de João Gonçalves. Em resposta o português, através do tradutor, o chamado língua, diz

que a minha gente era pouca e para brigar com ele que eu não carecia de tanta, pois esse tal capitão capivara bem me conhecia e eu a ele e que se soubesse que eu vinha ali, não havia de fazer tal, pois já tinha brigado com ele e que um seu irmão já tinha morrido em ocasião que eu ia só com três pessoas porém que eu não queria brigar e que vinha mandado por outro capitão maior para meter de paz com os brancos e viverem todos como amigos (ANAI, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Do diálogo se pode tirar algumas conclusões, primeiro, João Gonçalves

pretendia utilizar aqueles indígenas como aliados, segundo sua tropa estava extenuada, terceiro já havia ocorrido o confronto entre os parentes de Capitão Cativara e as tropas portuguesas, que nesse contexto tentava expandir a fronteira agrícola de Ilhéus. Através do língua, o índio e João Gonçalves da Costa iniciaram uma nova rodada de negociações. Disse o capitão português que o índio capturado perguntou

se ele era branco pequeno em que os seus parentes tal falavam muito, mandei-lhe dizer que eu era o mesmo, ao que ele respondeu que ia dar parte a os seus parentes e que havia tornar com a resposta o que assim fez e eu me dilatei a vista das primeiras Aldeias e no fim de sete dias tornou o índio dizendo o que o seu capitão Cativara ou Capitão grande queria meter-se de paz e que entrasse eu para dentro das Aldeias com a minha gente (ANAI, vol. 32, 1910, p. 540-541).

Por que Cativara, que naquele momento possuía superioridade bélica, não foi se vingar daquele que matou seu irmão? Qual era a intensão daquele indígena? Será que queria atrair a tropa para a aldeia e matar todos de uma só vez ou teria outras pretensões ao se aliar à colonização? O que pesava mais para esta liderança indígena nesse momento, ir para guerra ou negociar a permanência nas terras que já ocupavam? Se fossem para o confronto direto, como fizera anteriormente, Cativara já tinha a prévia dos resultados, teve muitos parentes mortos, inclusive seu irmão. Nessa ocasião, porém, ao que parece, preferiu tentar outra estratégia, chamou os inimigos para dentro do terreiro da aldeia.

No primeiro encontro, entre os povos de Cativara e a colonização, para os indígenas as condições sociais e ambientais ainda permitiam que optassem pela resistência armada. Nesse novo contexto, porém, as terras já vinham sendo tomadas pela colonização e Cativara deve ter precedido que o processo colonizador era inexorável e seria praticamente impossível se manter sem a interferência dos brancos, por isso seu anti-projeto foi a aliança.

Além dessa proximidade com a tropa, Capivara pretendia manter-se em suas terras, escolhida pelos próprios indígenas, além disso, desejava chamar o Capitão português para

ir com eles fazer guerra ao gentio Ancoré de quem e lhes se queriam despigar por que eles fazem muita guerra, e os comem, e vendo eu o risco em que me metia na paz com tanta gente tendo já dez armas de menos por estarem des governada e conhecer as suas traições e a facilidade com que mudam, lhe responde que eu vinha a buscar facções e composturas para ele e para fazer presente ao capivara e que dália tantas suas haviam de tomar com que o índio ficou muito descendentes e consentiu que trouxesse as duas índias e um seu filho do que me aproveitei para me servirem de guia e de língua na última entrada em que com favor de deus pretendo concluir está conquista (ANAIS, vol. 32, 1910, p. 540-541).

O ato de se aliar aos portugueses deve ser interpretado como um mal menor, um projeto que se erigiu por conta das agruras da colonização. No caso desses grupos, se aproximar de João Gonçalves da Costa só aconteceu, pois as terras da aldeia estavam ameaçadas pela expansão da fronteira agrícola e das fazendas; os indígenas já haviam enfrentado antes as tropas colonizadoras, com baixas consideráveis e propor a aliança foi uma última cartada para continuarem vivos, já que o Bem Viver se tornava cada dia mais impossível.

No que diz respeito ao último pedido de Capivara, enfrentar povos inimigos do seu grupo, João Gonçalves da Costa recusou, pois a tropa estava extenuada e não suportaria outras investidas no sertão. Como sinal de paz, Capivara deu uma série de materiais de uso cotidiano dos seus parentes, a exemplo de:

Arco de guerra e de caça do Gentio-homem, o mesmo do gentio mancebo, o mesmo do gentio menino, doze flechas, colar que traz pendente ao pescoço de todo o gentio de guerra, pandeiro das suas festas, uma saia ou tanga das mulheres, uma cinta das mesmas, um colar de mulher, compostura de guerreiro, ídolo ou imagem do sol ou do fogo sobre que há dúvida, uma machadinha ou acha de pedra com

que os indígenas cortam os paus, donde tiram mel, um soram que contem em si uns fragmentos de algum vaso de barro, os quais em grande número se acham sustentado no sertão da Ressaca dentro das matas, onde se fazer roçados, os quais depois de queimados na leve escavação que superficialmente muito se lhe fez para a planta da mandiba se encontram infinitos pedaços da mesma qualidade com as pinturas e vidrado que estes mostram e outros de diferentes linhas o que causa bastante confusão não se podendo acertar com a sua origem e se continua a fazer diligência para se extrair algum inteiro que possa mostrar a qualidade do vaso¹⁷.

Dos materiais levados pela tropa se encontra uma diversidade de produtos, que indica que este grupo ainda conseguia viver sem a proximidade da sociedade colonial, embora não tivessem isolados, basta pensar nas lutas travadas anteriormente entre o irmão de Capitava e João Gonçalves da Costa. Além disso, se presencia uma discriminação dos arcos e flexas “do Genticom, do gentio mancebo, o mesmo do gentio menino”, apontando que a caça era uma atividade masculina e que começava ainda na juventude. Outra informação que chama atenção nessa fonte é a existência de obras de arte e de traços da religiosidade indígena. Se trata de um quadro que contém o que a fonte classifica de ídolo ou imagem do sol ou do fogo, além do artesanato indígena, representado pela confecção de vasos de barro. Esses materiais indicam também que as condições ambientais e sociais durante esse período permitiam a sobrevivência desses povos nessa região do sertão de Ilhéus, porém, ao que parece, os indígenas acreditavam que sua sobrevivência estava ameaçada pela

¹⁷Ofício dos Governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Melo e Castro em que lhe dão diversas e interessantes notícias relativas a comarca dos Ilhéus, Bahia 22 de agosto de 1782. Carta do Capitão-mor João Gonçalves da Costa para o Ouvidor dos Ilhéus sobre os fatos já referidos nos ofícios antecedentes. Arrayal de N. Senhora da Victoria, 30 de 3 julho de 1782. Cópia autenticada (Anexo ao número 11.313). TERMO em que o contratador Joaquim de Mello declara, sob juramento qual o rendimento do dízimo do arroz do triênio do seu arrendamento de 1777 e 1779. Anexo ao n. 11313. RELAÇÃO da armas, instrumentos e adornos etc, que foram apreendidas ao gentio Nogoyo pelo Capitão-mor João Gonçalves da Costa. Anexo ao n. 11313. TERMO em que Gonçalo da Cruz declara, sob juramento, que o rendimento do dízimo da Vila Cairu produzido pelo arroz, foi nos anos de 1781 a 1783 de 4.200 alqueires. Cairu, 20 de janeiro de 1782 (Anexo ao n. 11313).

expansão da fronteira agrícola, por isso preiteavam a aproximação dos colonos.

No que diz respeito ao destino desse povo após o contato sistemático com a colonização, não foram produzidas ou não se tem conhecimento da existência de fontes. Mas uma coisa é certa, essa aproximação, foi inevitável. Após o contato, as vidas desses indígenas se modificaram, pois passaram a ser sujeitos que precisavam se modificar, se adaptar para sobreviver. Outorgaram-lhes uma tutela, pois para os colonos os indígenas não conseguiam escolher o seu destino. Viveriam vigiados pelo administrador de uma vila ou por um tutor, foram transformados em índios.

No caso dos Mongoios, o referido João Gonçalves solicitou das autoridades coloniais

párocos que os doutrine e diretor para os dirigir com o que poder ser mais úteis a si mesmo e os comércios, estando por este modo disciplinados ajudaram a combater os bárbaros Botocudos que povoam as matas nos continentes daquela costa. Por esta forma poderá ser esta estrada um bem de muito interesse a S.A.R e seus vassallos (COSTA, J. G. Códice, 29.878, 1807)

Diferente de Capivara, que as fontes nos indicam parte da trajetória de seu grupo, uma série de outros grupos tiveram contato sistemático com as tropas de João Gonçalves e outros colonizadores, porém, dessa infinidade de povos, não se tem notícia, pois parte deles foram dizimados antes mesmos de serem descritos ou se dispersaram, as fontes informam apenas que as tropas entraram em confronto com o gentio bárbaro. Simplesmente foram reduzidos ou expulso para outras regiões, levando esses grupos ou a enfrentarem outras tropas de outras regiões ou outros grupos indígenas, disputando os recursos naturais de determinadas localidades. Nessa expedição, um dos grupos resistentes que a tropa declarou guerra foi os indígenas classificados pela fonte de Botocudos. Após o confronto, um soldado português foi atingido por uma flechada no peito.

Em resposta ao contra-ataque indígena, a tropa declarou-lhe guerra (in)justa, abatendo alguns guerreiros indígenas e “apanharão 8, entre eles huma mulher, de meia idade com cria ao peito: herão os pequenos 3 maxos e 3 femeas. Ficaram no campo mortos 21”. Como prova de sua destreza o capitão português enviou para a Salvador algumas crianças indígenas as quais “não obstante terem sido entregues a pessoas cuidadosas que por seu gosto se empenhavam em os fazer criar, fossem ou pelo gênio daquela nação ou pela diferença de alimentos todos morrem” (COSTA, J. G. Códice, 29.878, 1807).

Considerações Finais.

A história da capitania dos Ilhéus desde a década de trinta do século XX, vem despertando a atenção dos historiadores. Nesse período, por exemplo foi publicado o livro *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, de João da Silva Campos. Desde essa data, muitos trabalhos foram produzidos, variando suas temáticas e temporalidades. Porém, esse quadro não é tão otimista quando se trata da escrita da história dos povos indígenas coloniais, uma vez que as obras se limitam a poucos autores, merecendo destaque os estudos de Maria Hilda Paraíso e Teresinha Marcis. Outros autores que escreveram sobre os indígenas dessa região concentram suas atenções no século XIX e XX, destacando-se as pesquisas de Telma Miriam, Ayalla Oliveira Silva e Talita Almeida Ferreira. E pronto! Embora seja lugar comum a assertiva precedente, para esse caso ela cabe e deve ser ressaltada, a História dos povos indígenas da Ilhéus colonial ainda está por ser escrita e revisitada.

Esse texto é mais uma dessas contribuições e abordou o projeto de criação de uma estrada por parte do Capitão-mor João Gonçalves da Costa, partindo do

litoral de Ilhéus até para o interior dessa Comarca, com o objetivo de ligar economicamente essas duas regiões. Esse português percorreu com sua tropa parte do território do sul da Bahia, mantendo contato com inúmeros povos indígenas, os quais, durante o século XVIII já acumulavam um lastro de experiência de anos de convivência com a sociedade que se edificou no Novo Mundo.

Durante muitos anos seria impossível para os historiadores, pensarem em uma História dos indígenas no Brasil, pois para uma geração de pesquisadores os povos nativos estavam fadados ao desaparecimento, restando aos historiadores explicar apenas a derrocada desses grupos, que sucumbiram frente à superioridade bélica e civilizacional dos europeus. Aos povos indígenas, vítimas passivas dos processos históricos, não lhes restavam outra escolha, senão o desaparecimento. Entretanto, a partir do final da década de 1970, a trajetória histórica desses grupos foi revisitada, novas abordagens ampliaram o leque de possibilidade interpretativa acerca da vivência desses sujeitos. Trabalhos como o de Hemming (HEMMING, 2008), tem destacado que a história dos indígenas do Brasil não foram marcadas apenas pela destruição, mas pela verificação de que os povos indígenas foram sujeitos da própria história, desenvolvendo estratégias políticas criativas quanto ao seu futuro. Para essa constatação, o autor revisitou clássicos da historiografia inglesa, trazendo a tona o conceito de agência, a ação consciente dos sujeitos, mesmo em situação subalternas, a exemplo dos indígenas descritos nesse texto. John Monteiro, também teve uma contribuição importante para o que convencionou chamar de Nova História Indígena. Para Monteiro, o contato legou aos povos indígenas a reelaboração e reformulação de identidades “que se apresentaram como respostas criativas as pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação” (MONTEIRO, 1992, p.497).

Maria Regina Celestino de Almeida (ALMEIDA, 2003) também expressiu

uma importante contribuição a Nova História Indígena. A autora pesquisou o caso dos indígenas aldeados no Rio de Janeiro. Conforme a autora, os grupos indígenas após o seu aldeamento não perdiam a sua cultura original, mas se modificavam, apropriando-se da cultura do colonizador, valorizando, inclusive os códigos de funcionamento do mundo lusitanos. Por meio de uma identidade nova, os “índios aldeado”, requeriam cargos, mercês e outros benefícios régios. A autora criticou a perspectiva de aculturação e trouxe à tona o conceito de resistência adaptativa, as reformulações identitárias e culturais, para explicar a experiência indígena nos aldeamentos coloniais.

As contribuições da autora têm uma importância significativa, contudo, muitos autores contemporâneos se apropriaram do conceito de resistência adaptativa e o utilizaram de forma indiscriminada para pensar todas as situações envolvendo os povos indígenas. Em situações de conflito entre grupos distintos, como o sertão colonial, os indígenas utilizam estratégias diferentes daquelas apontadas por Almeida para os indígenas do Rio de Janeiro.

No caso de grupos que estavam imersos nesses ciclos da violência, a exemplo do zonas de expansão das fronteiras, a fuga, a resistência armada e a resistência silenciosa, dissimulada de aliança, parece ter sido uma realidade mais frequente. Após cinco séculos de contato, os indígenas forjaram formas diferentes de se relacionar com o outro, sempre buscando o melhor para si e para sua prole, o Bem Viver. O Bem Viver tem relação direta com a natureza, a conexão harmoniosa com fauna, flora, rios e montanhas, prática totalmente contrária da proposta dos aldeamentos, das guerras (IN)justas e das aldeias particulares. Para os indígenas, a natureza era habitada pelos encantados, era um elemento sagrado, eles se percebiam como parte da natureza, uma natureza materializada. Sobre este fato, *Davi Kopenawa* aponta que

O pensamento deles segue caminhos outros que o da mercadoria. Eles

querem viver como lhes apraz. Seu costume é diferente. Não têm peles de imagens, mas conhecem os espíritos xapiri e seus cantos. Querem defender sua terra porque desejam continuar (KOPENAWA, ALBERT, 2010, p. 64).

E continua o autor da etnia Yanonami falando da relação dos indígenas com a natureza

Se eles a não a protegerem, seus filhos não terão lugar para viver felizes. Vão pensar que a seus pais de fato faltava inteligência, já que só terão deixado para eles uma terra nua e queimada, impregnada de fumaças de epidemia e cortada por rios de águas sujas!”. Gostaria que os brancos parassem de pensar que nossa floresta é morta e que ela foi posta lá à toa. Quero fazê-los escutar a voz dos xapiri, que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes (KOPENAWA, ALBERT, 2010, p. 64).

Neste sentido, precisa-se descolonizar nosso imaginário sobre as relações coloniais, pois nem todos os indígenas vislumbravam a aliança, a aproximação, os cargos e os títulos como estratégia política, outros preferiam manterem-se distantes, migrando para outras regiões, partindo para o confronto bélico, criando anti-projetos de colonização, para continuarem a viver bem. A produção historiográfica êmica¹⁸, problematiza essas relações entre os indígenas, o outro e a floresta, apontando que os indígenas possuem uma relação diferente com a natureza. Conforme Rafael Xucuru-Kariri e Suzane Lima Costa

A ideia da terra como nossa mãe é muito repetida entre nós, indígenas. A poética expressa nessa imagem da mãe-terra pode ser até ingênua para alguns, mas ser filho da terra é aprender que estamos em relação com todos os outros seres sagrados que constituem o mundo. Se esse giro de forças pudesse ser pensado não como ingenuidade nossa, mas como nosso modo de agir no coletivo, provavelmente não seríamos nós, os indígenas, os povos sem o lugar de viver e o lugar de morrer na grande história do mundo (COSTA, S.L, RAFAEL XUCURU KARIRI, 2020, P.20).

¹⁸ O Ailton Krenak, em uma carta endereça para todos que querem cantar e dançar para o céu, aponta os impactos provocados pela colonização, a partir do momento que os portugueses chegaram no novo mundo. Para Krenak “Essa lógica que o Ocidente criou de demarcar território, de enquadrar as formas de vida dos povos originários causou danos irreversíveis às nossas formas de estar no mundo, danos que se repetem por falta de um bom encontro que possa reconciliar essas perspectivas de mundo em disputa”.

Baseado nessa perspectiva do autor pode-se questionar, como os nativos, que possuíam uma relação muito próxima da fauna, da flora e dos encantados encarariam ter que se fixarem em aldeamento, atendendo as regras da colonização? Será que a proposta de Capivara de se aproximar da tropa foi uma alternativa para triunfar conforme os códigos da colonização ou não lhes restava outra escolha naquele momento? O certo é que os indígenas agiram como sujeitos históricos ativos e criativos apesar da violência do projeto colonizador.

Nesse contexto de luta os nativos tiveram que apreender a conviver com a ambição capitalista imposta pela colonização, forjando na luta diária, anti-projetos de colonização para manterem-se vivos, afinal ser indígenas no Brasil Colônia era um desafio e manterem-se vivos era uma peripécia que muitos homens e, sobretudo, mulheres indígenas tiveram e têm que se desdobrar para conseguir.

Referências Bibliográficas

ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. **Colonial Comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763 -1808)**. Salvador: UFBA/PPGH, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003

BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia Colonial 1651-1720**. 2021. f.361. Salvador: PPGH/UFBA, 2021. Tese (doutorado em História Social).

CANCELA, Francisco. **Recepção e tradução do Diretório dos indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro: Uma análise das Instruções para o governo dos indígenas**. História Social (UNICAMP), v.2, p. 43-70, 2013, p. 51.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p.12.

COSTA, S.L. (Org.), RAFAEL XUCURU KARIRI(Org.). **Cartas para o Bem Viver**.1. ed. Salvador: Boto-cor-de-de-rosas livros arte e café, 2020.v.1.304, p.20.

HEMMING. John. **Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians**. Londres Macmillan, 1978.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2010. **La chute du ciel**. Paris: Plon, p.64.

MACHADO, M. M. **Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)**. 1. ed. Guarapuava: HORIZONTE/UNICENTRO/EDUFF, 2012. v. 1. 269p.

MONTEIRO, J.M. **Os Guarani e a história do Brasil meridional: Século XVI-XVII**. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos indígenas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. P. 475-498.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índigenas Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais**. 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PARAÍSO, Maria Hilda B. **O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. 1998. 5 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios Livres e Índios Escravos: princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)** In: CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Fontes Históricas

Anais, vol. 32, 1910, p. 540-541. Portaria do Governador Marquez de Valença, pela qual dá ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéos novas instruções, relativas à fundação da referida aldeia. Bahia, 18 de abril de 1782.



AHU_CU_Brasil_Baía. Cx. 59, Doc. 11317. Carta do Capitão mór João Gonçalves da Costa para o Ouvidor dos Ilhéos sobre os factos já referidos no officio antecedente. Arrayal de N. S. da Victoria, 30 de Julho de 1783. Cópia Autenticada. Presente em: BRASIL Ministério da Cultura; ALMEIDA, Eduardo de Castro e Almeida. Projeto resgate Barão do Rio Branco: Bahia (1613-1807) CD 01/25. Lisboa: VITAE, 1997. 1 CDRROM.

BN. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Proposta que o Senhor Alexandre de Souza Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ele se tomou, v 5, p.208-209.

BN. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Carta para sua Majestade acerca do Gentio Bárbaro do sertão fazer grandes danos no Recôncavo desta Cidade, v. 4, p. 356.

COSTA, J. G. Memória sumária e compendiosa da conquista do Rio Pardo, pelo Capitão mor João Gonçalves da Costa- Bahia, 1806-1807. Códice, 29.878 IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, acessado em março de 2022.

Ofício dos Governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Melo e Castro em que lhe dão diversas e interessantes notícias relativas a comarca dos Ilhéus, Bahia 22 de agosto de 1782. Carta do Capitãomor João Gonçalves da Costa para o Ouvidor dos Ilhéus sobre os fatos já referidos nos ofícios antecedentes. Arrayal de N. Senhora da Victoria, 30 de3 julho de 1782. Cópia autenticada (Anexa ao número 11.313). TERMO em que o contratador Joaquim de Mello declara, sob juramento qual o rendimento do dízimo do arroz do triênio do seu arrendamento de 1777 e 1779. Anexo ao n. 11313. RELAÇÃO da armas, instrumentos e adornos etc, que foram apreendidas ao gentio Nogoyo pelo Capitão-mor João Gonçalves da Costa. Anexo ao n. 11313. TERMO em que Gonçalo da Cruz declara, sob juramento, que o rendimento do dizimo da Vila Cairu produzido pelo arroz, foi nos anos de 1781 a 1783 de 4.200 alqueires. Cairu, 20 de janeiro de 1782 (Anexo ao n. 11313).